

# Estudo Técnico Preliminar 64/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 59004.002073/2024-24

## 2. Descrição da necessidade

A instrução deste processo visa atender às diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2024, especificamente ao objetivo estratégico de executar reformas estruturais e otimizar a ocupação das áreas de trabalho, conforme estabelecido no PEI 2021-2024 da SUDAM. Entre as ações previstas estão a revitalização dos 3º e 6º andares do Bloco C da SUDAM (SEI 0613461) e a adaptação das diretrizes gerais para a operacionalização do compartilhamento das áreas não utilizadas pela SUDAM com outros órgãos da União.

O complexo predial da SUDAM requer intervenções significativas, incluindo reformas e manutenções, com o objetivo de proporcionar um ambiente seguro, funcional e em conformidade com as normas técnicas vigentes. Os serviços a serem realizados englobam atividades padronizadas na estrutura predial, como reformas e manutenções de infraestruturas, instalações elétricas e hidráulicas, reparos ou substituições de coberturas, e pintura de paredes.

A possibilidade de utilizar uma Ata de Registro de Preços para serviços comuns de engenharia relacionados a reformas e manutenções oferece maior agilidade na solução das patologias identificadas nas edificações. Essa abordagem permitirá o tratamento eficiente das necessidades das infraestruturas e instalações, facilitando também a adaptação do complexo predial às novas demandas.

As reformas garantirão condições adequadas de trabalho para os servidores e usuários das edificações, bem como possibilitarão o compartilhamento de espaços com outras instituições através do programa Racionaliza, permitindo o rateio das despesas. Ressalta-se que a contratação proposta busca realizar a conservação predial tanto preventiva quanto corretiva.

Ademais, a forma de contratação sugerida tem sido adotada por diversos órgãos devido à flexibilidade e eficiência na execução de reformas e manutenções, sem a necessidade de um procedimento licitatório específico. A Ata de Registro de Preços pode ser utilizada quando houver orçamento específico, permitindo a SUDAM calcular e disponibilizar valores para reformas e manutenções conforme o interesse de diferentes órgãos. Caso necessário, pode-se descentralizar recursos para contratos específicos para a recuperação de áreas de interesse, sendo possível também contratar conforme a disponibilidade de recursos no orçamento ou suplementação.

Além disso, a necessidade da contratação de uma empresa de engenharia para a execução de obras de reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção predial no complexo administrativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) é baseada em uma série de fatores estruturais, técnicos e operacionais, conforme descrito abaixo:

### a. Estado das Edificações

As primeiras edificações do complexo da SUDAM foram inauguradas no início da década de 1970, ou seja, há mais de 50 anos. Durante esse tempo, muitos dos prédios permaneceram parcialmente desocupados ou com utilização limitada. A manutenção predial foi realizada de forma paliativa, sem intervenções profundas ou preventivas, o que resultou no desgaste estrutural de várias áreas do complexo.

Infiltrações se tornaram frequentes em diversos pontos das coberturas, agravando a situação das paredes e tetos, que não receberam o devido tratamento após as correções das infiltrações. Isso culminou no desgaste da pintura e no surgimento de áreas com umidade, comprometendo a aparência e a segurança dos espaços internos.

As instalações elétricas e hidráulicas estão obsoletas, muitas das quais não atendem mais às exigências técnicas e de segurança atuais, colocando em risco tanto a estrutura quanto os usuários do complexo. Além disso, as instalações de rede lógica (cabos de rede de comunicação, internet, etc.) precisam ser modernizadas para atender às demandas tecnológicas contemporâneas.

#### **b. Adequação às Normas de Segurança e Acessibilidade**

Considerando a idade avançada dos prédios e as mudanças nas normas legais, é imprescindível realizar intervenções para adequar as edificações às novas exigências de segurança, acessibilidade e prevenção de incêndio e pânico, assegurando que, em caso de sinistro, a evacuação seja realizada de forma segura e eficiente.

O complexo precisa ser adaptado para garantir que todas as áreas atendam aos padrões de acessibilidade vigentes, oferecendo rampas, banheiros acessíveis e saídas de emergência adequadas para pessoas com mobilidade reduzida, conforme previsto na legislação de prédios públicos.

#### **c. Alinhamento com o Compartilhamento de Espaço e Gestão Predial**

A SUDAM firmou um contrato de cessão de uso com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em janeiro de 2024, no qual a SUDAM se compromete a realizar a gestão compartilhada do espaço predial. Esse contrato traz entre as responsabilidades da SUDAM a execução de manutenções e reformas para adaptar o complexo ao uso compartilhado por outros órgãos da Administração Pública Federal, dentro da meta estabelecida pela Portaria Conjunta 38/2020, alterada pela Portaria Conjunta 28/2021, que prevê a racionalização de espaços e otimização do uso dos imóveis públicos.

Há uma alta demanda de órgãos federais que necessitam de espaços adequados para o exercício de suas atividades. Assim, a modernização do complexo predial da SUDAM também visa atender essas demandas, proporcionando condições adequadas de trabalho para os servidores de outros órgãos que venham a utilizar as instalações.

#### **d. Justificativas Técnicas**

Os laudos técnicos realizados pela empresa PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, anexados no Processo SEI 59004.001018/2023-36

e no documento (SEI 0624322), apontaram o desgaste excessivo em diversas áreas do complexo predial, identificando a necessidade de reforço estrutural em certos pontos. Além disso, algumas estruturas inativas e em desuso foram recomendadas para demolição, por não apresentarem condições de recuperação viáveis.

Conforme apontado no Laudo Técnico **LTP-SCT-SUDAM-BLOCOC-R00 (SEI 0624322)**, emitido pela empresa **Projecon Projetos e Construções LTDA**, a estrutura metálica da antiga escada de emergência apresenta uma condição crítica, com risco iminente de colapso. Diante disso, a desmontagem da estrutura foi recomendada como medida urgente e necessária para garantir a segurança dos usuários do prédio e evitar possíveis acidentes. Desta forma, a necessidade da desmontagem decorre da condição avançada de deterioração da escada, que compromete a integridade física do local e dos servidores que transitam nas proximidades. O risco identificado pelo laudo técnico justifica a execução imediata do serviço, assegurando que o ambiente de trabalho atenda às normas de segurança vigentes e elimine qualquer possibilidade de acidentes estruturais futuros.

Além disso, A modernização dos prédios, incluindo a reforma das áreas internas e externas, é essencial para garantir a segurança dos servidores e visitantes, a preservação do patrimônio público e a funcionalidade das instalações, permitindo que o prédio esteja em conformidade com as exigências atuais para o uso de órgãos públicos.

#### e. **Impactos e Resultados esperados**

A reforma do complexo administrativo da SUDAM trará os seguintes benefícios:

- **Segurança estrutural** aprimorada, reduzindo os riscos de acidentes;
- **Ambiente de trabalho moderno e eficiente**, com melhorias nas condições para os servidores e visitantes;
- **Adequação às normas de acessibilidade e segurança**, garantindo que todas as instalações estejam em conformidade com as exigências legais;
- **Compartilhamento do espaço predial** com outros órgãos públicos, otimizando o uso do patrimônio público;
- **Preservação do patrimônio histórico e arquitetônico** da SUDAM, mantendo a integridade das edificações com intervenções adequadas;
- **Melhoria da produtividade e satisfação** dos servidores, por meio de um ambiente funcional e confortável;

**Adoção de práticas sustentáveis**, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a redução dos impactos ambientais.

Portanto, a necessidade da contratação de empresa especializada para realizar as obras de reforma, recuperação e manutenção predial no complexo da SUDAM é urgente e justificada tanto pelos problemas estruturais e funcionais dos prédios quanto pela necessidade de atender às normas legais e às demandas de uso compartilhado com outros órgãos públicos. O projeto de reforma visa proporcionar um ambiente de trabalho seguro, moderno e sustentável, preservando o patrimônio público e aumentando a eficiência operacional da SUDAM.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Gestão Administrativa - CGEA	Ivan Lima Araujo

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de empresa especializada para prestar serviços de reforma/manutenção predial é um requisito fundamental para aperfeiçoar a realização destes serviços no complexo predial, oportunizando um ambiente de trabalho mais seguro e confortável para os membros e servidores desta Instituição, oportunizando um melhor atendimento para os assistidos, bem como, o alinhamento as normas técnicas em vigor.

Os serviços a serem realizados se enquadram em serviços comuns de engenharia. A empresa deverá possuir mão-de-obra especializada e deverá fornecer peças, equipamentos e materiais necessários para a execução das reformas.

#### **Da especificação dos serviços**

Os serviços de reforma predial, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, constituem em sua maioria atividades comuns de construção civil, tais como demolições em geral, execução de pintura, instalações elétricas, hidro sanitárias, entre outras, conforme a demanda e necessidade de cada local do complexo predial ser reformada por esta Instituição.

#### **Das propostas**

as propostas serão avaliadas e será considerada vencedora a empresa que ofertar o maior percentual de desconto sobre a planilha orçamentária (apêndice III do Termo de Referência) composta por diversas bases de dados, incluindo o SINAPI, além de outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, CPOS, SETOP, SBC, IOPES, FDE e CPOS/CDHU, caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI, considerando a base de outubro/2024.

O desconto percentual deverá ser aplicado, obrigatoriamente, sobre o valor total do M2 estimado.

Com o intuito de comprovar a exequibilidade do desconto ofertado, a empresa classificada deverá demonstrar através dos itens planilhados, constantes no Apêndice III do Termo de Referência, que mesmo aplicando o desconto percentual (com duas casas decimais) sobre os serviços elencados, ainda existe viabilidade técnico-financeira para executar o objeto desta contratação. Com base no Art. 59 da Lei nº 14.133/2023

O desconto percentual deverá conter duas casas decimais, e já deverão estar previstas e inclusas todas as despesas relativas a impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes ao escopo desta contratação.

Para o pagamento dos serviços executados será assegurado o BDI da ordem de 25%, conforme Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário.

### **Do prazo, local e condições de execução**

Os serviços serão executados, no período e locais indicados por esta Instituição.

As necessidades dos serviços serão levantadas “in loco” por representante designado pela Diretoria de Administração da SUDAM, juntamente com a empresa Contratada.

Após o levantamento “in loco”, serão realizados os projetos necessários para execução da reforma;

Após a realização dos projetos necessários, os serviços deverão ser planilhados pelo representante da Diretoria de Administração, de acordo com os itens disponíveis na tabela SINAPI vigente do Estado do Pará, e em outras bases informadas, constante na Planilha Estimativa/Exemplificativa (Apêndice III), já com o desconto ofertado pela empresa, obtido na licitação. Na ausência de itens na tabela SINAPI ou em outras bases informadas na planilha, deverá ser realizada composições com ao menos 03 (três) cotações dos itens, visando à definição do seu preço global. O preço final do item será obtido por meio da média entre as 3(três) ou mais cotações realizadas;

Após o planilhamento, será definido o cronograma, que determina o prazo de execução da reforma;

Após a realização dos projetos, do planilhamento e do cronograma da reforma, será encaminhado um e-mail para a empresa, solicitando a concordância com os serviços, quantitativos e valores da planilha, bem como o prazo especificado no cronograma;

Caso não haja concordância da empresa, a mesma deverá apresentar as justificativas para a alteração dos serviços e/ou dos quantitativos e valores da planilha e/ou do prazo especificado no cronograma. A manifestação deverá ser realizada em um prazo de até 5(cinco) dias úteis, a contar da data de encaminhamento das planilhas e cronograma pela SUDAM. Caso o aceite ou as justificativas não sejam encaminhadas no prazo de 5(cinco) dias úteis, será considerado que os termos dos documentos foram aprovados pela empresa;

Caso haja justificativas e pedido de alterações dos serviços e/ou dos quantitativos e valores da planilha e/ou do prazo especificado no cronograma, a SUDAM por meio dos representantes terá 3(três) dias úteis para aceitar a alteração, ou justificar os motivos da não aceitação;

Após o encaminhamento da última planilha, a empresa terá mais 3(três) dias úteis para aceitação;

Após a aceitação, o procedimento será encaminhado para a aprovação dos custos e quantitativos pela Administração Superior. Após a aprovação, será emitida a nota de empenho e será realizado o termo contratual, para que posteriormente a Ordem de Serviço (OS) seja emitida. Os serviços serão executados, no período e locais indicados pela Sudam, através da OS;

Após a emissão da Ordem de Serviço (OS) os representantes encaminharão um e-mail à Contratada solicitando o início da reforma, sendo que a empresa tem um prazo de 10 (dez) dias corridos para efetivo início dos serviços.

### **Da execução dos serviços**

Os materiais, equipamentos, aparelhos e ferramentas serão disponibilizados pela Contratada aos profissionais para execução dos serviços.

Todos os materiais a serem empregados deverão ser novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO. Serão rejeitados os materiais classificados como linha popular ou econômica.

Todos os serviços deverão ser executados de acordo com os tipos e cores indicadas nas especificações e cujas amostras tenham sido apresentadas previamente e aprovadas pela fiscalização, antes de sua utilização. Nenhum material será instalado sem a autorização prévia da fiscalização.

Caso a contratada identifique, durante a execução de uma reforma, a necessidade de realização de serviços adicionais, tal fato deverá imediatamente ser informado à fiscalização, que analisará a viabilidade de sua execução, caso a caso, devendo sempre que possível, a contratada efetuar registros fotográficos para posterior comprovação e pagamento. Para a inclusão de serviços adicionais sejam quantitativos ou qualitativos, após a concordância da SUDAM, será realizado aditivo contratual. Conforme estabelece o Art. 132 da Lei nº 14.133 /2021, a formalização do termo aditivo é condição para a execução, salvo em casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1(um) mês.

A Contratada deverá fazer a movimentação de móveis e equipamentos, quando for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos, além de protegê-los com lona, desde que tais serviços estejam previstos em planilha orçamentária. A empresa contratada terá que efetuar a limpeza do local com recolhimento dos entulhos resultante dos serviços executados, dando a destinação correta para os resíduos, conforme legislação local.

Na execução devem ser observadas as especificações gerais e as indicações do relatório, as prescrições ambientais, e ainda as normas brasileiras da ABNT aplicáveis.

### **Da justificativa técnica e econômica dos requisitos**

Os requisitos estabelecidos acima visam trazer economia e maior rapidez no atendimento das demandas de reformas da Instituição, visto que ao invés de realizar um procedimento licitatório para cada reforma, será realizado apenas um procedimento licitatório, que irá originar tantas reformas/manutenções necessárias.

Com os serviços registrados da tabela SINAPI ou de outras bases informadas na Planilha Estimativa/Exemplificativa (Apêndice III), a execução das reformas será realizada mais rapidamente, visto que será necessária apenas a execução dos projetos executivos e especificação/quantificação dos serviços utilizando os valores da tabela do corrente mês, e aplicando o desconto licitado.

Os demais requisitos foram estabelecidos de forma a estabelecer as regras mínimas em que irão se basear os futuros contratos de reformas, de forma a atender a nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021).

Por fim, os requisitos visam garantir o alcance do objetivo final da presente contratação, que é oferecer melhores condições de trabalho aos membros, servidores e estagiários, bem como proporcionar um espaço adequado para receber todos os assistidos e demais usuários dos Núcleos da Instituição.

### **Da Participação do Certame em Consórcio**

É vedada a participação de empresas na forma de consórcio.

É prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/2021, que em seus artigos 14 e 15 atribuem à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas.

Desse modo, fica definido que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade e economicidade.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando empresas, isoladamente, não têm condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

A medida adotada com relação à vedação à participação de consórcios para o caso concreto do presente certame, visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

O registro dos serviços pretendido possui características básicas e comuns, disponíveis no mercado em geral. Sendo assim, os requisitos estabelecidos não limitam a participação dos interessados.

### **Da Subcontratação:**

É permitida a subcontratação parcial do objeto, mediante justificativa e aprovação da autoridade competente, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

É vedada a sub-rogação contratual.

É vedada a subcontratação completa.

É vedada a subcontratação do Profissional Engenheiro ou Arquiteto que será responsável por executar cada reforma.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação. Não haverá qualquer vínculo ou relação jurídica entre a contratante e as subcontratadas.

As empresas ou profissionais subcontratados, onde pertinente, deverão estar devidamente registrados no CREA ou CAU, como responsável técnico capacitado a executar os serviços especificados.

A Contratada deverá submeter à prévia aprovação da Fiscalização Técnica da Contratante, com antecedência mínima de 10 (dez) dias do início do serviço a subcontratar, os documentos da empresa ou do profissional que pretenda subcontratar, acompanhada da Inscrição ou Certidão de Registro no CREA ou CAU, em plena validade, e do comprovante da capacidade técnica operacional da empresa ou do acervo técnico do profissional, quando for o caso.

A substituição pela Contratada do(s) eventual(ais) subcontratado(s) (empresas ou profissionais), já anteriormente aprovado(s) e autorizado(s), dependerá da prévia anuência escrita da Contratante, devendo o(s) substituto(s) apresentar(em) as mesmas condições técnicas e legais estabelecidas.

Durante o período da subcontratação, a empresa contratada deverá exigir de suas subcontratada(s) a manutenção, das condições iniciais de regularidade técnica, fiscal e jurídica exigidas na licitação, independente de fiscalização, mas assegurado a observância ao princípio da boa-fé objetiva.

Os serviços subcontratados, caso não satisfaçam as especificações, serão impugnados pela Contratante, cabendo à Contratada todo o ônus decorrente de sua reexecução.

Todas as questões referentes a subcontratação não expressas no presente tópico serão regidas Lei Federal nº 14.133/2021.

A Subcontratação parcial será permitido para serviços complementares e relacionados a instalações elétricas, de telecomunicações e de climatização, devendo preferencialmente ser subcontratadas, micro ou pequenas empresas, em consonância à Lei Complementar nº 123 /06, alterada pela Lei Complementar nº 155/16, sem subordinação e pessoalidade com o CONTRATANTE.



## 5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado com o intuito de identificar as opções disponíveis para a contratação de serviços de engenharia necessários à reforma e modernização do complexo predial da SUDAM. Inicialmente, foram investigadas as possibilidades de adesão à Atas de Registro de Preços (ARP) já existentes em nível federal com a intenção de otimizar a contratação e minimizar o tempo de processo licitatório.

No entanto, após uma análise minuciosa das Atas de Registro de Preços (ARPs) disponíveis no mercado, constatou-se que não havia opções que atendessem adequadamente às demandas específicas da SUDAM. As ARPs existentes não abrangiam todos os serviços necessários conforme as especificações exigidas para as intervenções a serem realizadas. Além disso, algumas ARPs que incluíam os serviços desejados apresentaram resistência por parte dos fornecedores, que não aceitaram a adesão. Essa combinação de fatores inviabilizou a possibilidade de contratação por meio de Atas de Registro de Preços.

Considerou-se também a possibilidade de destrinchar a contratação em várias licitações específicas. No entanto, essa abordagem foi avaliada como desvantajosa. A divisão dos serviços em múltiplas licitações resultaria em um aumento significativo de processos licitatórios e de fiscalização, aumentando o custo processual e dificultando o gerenciamento das diversas contratações e potencializando o risco de descoordenação e atrasos na execução dos serviços.

Diante disso, a elaboração de uma Ata de Registro de Preços própria da SUDAM foi considerada a alternativa mais viável. Essa estratégia permitirá a realização de uma única licitação, que servirá como base para várias contratações futuras, de acordo com a demanda específica da instituição. Essa abordagem não apenas facilita o gerenciamento e a execução dos serviços, mas também assegura uma maior agilidade na resposta às necessidades emergenciais, garantindo que os serviços sejam realizados de forma integrada e eficiente.

Ao centralizar os serviços em uma única Ata de Registro de Preços (ARP), a SUDAM poderá negociar condições mais favoráveis e obter descontos mais significativos, aproveitando a economia de escala e a eficiência operacional.

Para a seleção da proposta mais vantajosa na licitação, que será baseada no maior percentual de descontos aplicados sobre a planilha de orçamento estimado/exemplificativo da SUDAM (Apêndice III do Termo de Referência), foi realizada uma pesquisa de mercado utilizando a plataforma Comprasnet. O objetivo dessa pesquisa foi analisar a mediana dos percentuais de desconto praticados na Administração Pública, sobre as tabelas de serviços, a fim de garantir que a proposta escolhida reflita as melhores condições de custo e competitividade disponíveis no mercado.

Utilizamos como referência os percentuais de descontos praticados sobre a tabela SIANPI, devido pela sua confiabilidade, ampla utilização e aceitação na administração pública. Além disso, as tabelas SINAPI são atualizadas regularmente e refletem os preços médios praticados no mercado de construção civil, o que permite a padronização dos preços dos serviços em cada região do país. Essa uniformidade facilita a transparência e a equidade no processo licitatório. As

tabelas SINAPI são elaboradas pelo governo federal em parceria com os estados e municípios, o que confere a elas uma credibilidade e confiabilidade reconhecidas, reduzindo o risco de distorções nos preços estimados.

Diante disso, foi realizada uma pesquisa de preços abrangente no site comprasnet, considerando contratações públicas de serviços de engenharia similares, realizadas recentemente por órgãos e entidades federais. A pesquisa focou nos percentuais de desconto aplicados em relação à tabela SINAPI, uma referência amplamente utilizada para orçamentos de obras e serviços de engenharia no Brasil. A pesquisa abrangeu as seguintes contratações públicas citadas no quadro abaixo:

Nº	Orgão/Entidade	Estado da Tabela SINAPI	Percentual de Desconto em Relação a Tabela Sinapi
1	<p>CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESPIRITO SANTO</p> <p>UASG: 926363</p> <p>EMPRESA : ENGIX CONSTRUÇOES E SERVICOS LTDA;</p> <p>CNPJ: , CNPJ: 03.422.281/0001-69.</p> <p>Homologado: 07/06/2024</p> <p>OBJETO: Contratação de futura empresa de engenharia para,</p> <p>sob demanda, realizar obra, reforma, recuperação, ampliação, demolição,</p> <p>adaptação e manutenção predial (pequenas reformas), com fornecimento de</p> <p>peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em</p> <p>planilhas de serviços com insumos diversos extraídos do Sistema Nacional de</p>	ESPIRITO SANTO	21,91%

	Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI, conforme condições.		

2	<p>Pregão Eletrônico N° 90007/2024 (SRP) (Lei 14.133/2021)</p> <p>UASG 160027 - 4 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO - MEX; EMPRESA: NMA MERCANTIL LTDA</p> <p>Homologado: 23/12/2022</p> <p>OBJETO: Aquisição de materiais de construção, com base no maior desconto na tabela 1.1. não desonerada</p> <p>do SINAPI-BA (Sistema Nacional de Preços e Índices para a Construção Civil), para atender às necessidades de manutenção de bens imóveis do 4º Batalhão de Construção de Engenharia e das Vilas Militares</p>	BAHIA	10%
3	<p>UASG 982511-PREFEITURA MUNICIPAL DE PAUDALHO - PE</p> <p>Termo de Homologação do Pregão Eletrônico Pregão N° 00006/2023 - (Decreto N° 10.024 /2019)</p> <p>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVAE CORRETIVA DE PRAÇAS CHAFARIZES E QUADRAS, EM DIVERSOS BAIRROS DO MUNICÍPIO DE PAUDALHO-PE,MEDIANTE O OFERECIMENTO DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI</p> <p>/SNOVEMBRO 2022</p> <p>Homologado em 08/03/2023</p>	PERNAMBUCO	12,80%
	<p>Pregão Eletrônico N° 90010/2024 (Lei 14.133</p>		

	<p>/2021)</p> <p>UASG 925797 - CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-MS</p> <p>EMPRESA: ST SERVICOS EM CONSTRUCAO LTDA</p> <p>Descrição detalhada</p> <p>Manutenção / Reforma Predial - Prestação de serviços de manutenção predial e conservação de bens – pedreiro, servente, eletricista, azulejista, encanador, vidraceiro entre outros contidos na Tabela SINAPI, e fornecimento de materiais de</p>	
4		MATO GROSSO DO SUL 15%

	<p>construção, elétricos, hidráulicos e para manutenção de bens diversos compreendendo todos os itens contidos na Tabela SINAPI divulgada mensalmente pela Caixa Econômica Federal; deve ser realizada na forma Maior Desconto, sobre os preços divulgados na tabela SINAPI Mato Grosso do Sul no mês em que a compra for contratada, para Sede em Campo Grande/MS, Subseção em Dourados/MS e Subseção de Três Lagoas/MS.</p> <p>Homologado: 25/07/2024</p>		
5	<p>Pregão Eletrônico Nº 90010/2024 (SRP) (Lei 14.133/2021)</p> <p>UASG 988183 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - SC</p> <p>EMPRESA: MARQUES COSTA &amp; SILVA NETO LTD</p> <p>Descrição detalhada</p> <p>Prestação de serviços de manutenção e reforma predial, incluindo mão de obra, equipamentos e insumos, referente aos serviços de obras civis, instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, pluviais, calçamentos, jardins, rede de saneamento básico, pavimentação, lógica, telefonia, dentre outros descritos nas tabelas SINAPI e SICRO;</p> <p>Homologado: 07/05/2024</p>	SANTA CATARINA	20%
	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		

	Universidade Federal do Pará	
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	
	Termo de Homologação do Pregão Eletrônico Pregão Nº 00022/2022 (SRP) - (Decreto Nº 10.024 /2019)	
6	Serviço engenharia : Registro de Preços, visando a Contratação não continuada de empresa para prestação de eventuais serviços comuns de PARÁ engenharia, demandados ao longo do ano visando à conservação, reparação, adaptação e modernização de instalações, estruturas e	6,03%

	ambientes, mantendo-os em permanente condição de atender adequadamente as demandas institucionais e da sociedade usuária.		
07	<p>07 Pregão Eletrônico N° 90004</p> <p>/2024 (SRP) (Lei 14.133/2021)</p> <p>UASG 980842 -</p> <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO - PR</b></p> <p>Critério julgamento: Menor Preço / Maior Desconto</p> <p>Pregão Eletrônico - Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, sob demanda, incluindo serviços de construção civil, pedreiro, auxiliar de pedreiro, gesso, eletricista, encanador industrial/bombeiro hidráulico, marcenaria</p> <p>/carpintaria, e pintura, na forma estabelecida nas planilhas de serviços descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil S</p>	PARANÁ	18%
	<p>Pregão Eletrônico N° 90006/2024 (Lei 14.133/2021)</p> <p>UASG 168003 - IMBEL-INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL</p> <p>Execução de serviço comum de engenharia para reforma e ampliação de 01 (uma) praça de convivência no espaço localizado entre o bloco G e H</p> <p>, em complemento a instalação existente com ampliação de calçadas, colocação de bancos e construção de cobertura na passagem que liga o Bloco H a praça Duque de Caxias no QGEX, conforme especificações constante no Termo de Referência e Projetos Arquitetônico. (critério de julgamento: MAIOR DESCONTO sobre os preços da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, aplicável ao Distrito Federal).</p>		



08	DF	30,03
----	----	-------

MÉDIA	16,72125
MEDIANA	16,5
DESVIO PADRÃO	7,504744
COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	45%
VALOR DE REFERÊNCIA	16,5%

A pesquisa resultou em uma mediana de percentual de desconto de 16,5% sobre a Tabela SINAPI, que servirá como referência para os preços dos serviços da presente contratação. Portanto, esse percentual estimado será utilizado como base para a seleção da proposta mais vantajosa durante a licitação, que considerará o maior percentual de desconto aplicado à planilha de orçamento estimado/exemplificativo da SUDAM (Apêndice III do Termo de Referência).

6. Descrição da solução como um todo

A solução visa a possibilitar obra, reforma, recuperação, adaptação e manutenção (pequenas reformas) dos diversos sistemas prediais das instalações da CONTRATANTE, garantindo todas as condições de conforto ambiental, higiene e segurança para a continuidade das atividades do órgão, buscando maior economicidade e o menor impacto ambiental possível.

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de futura empresa de engenharia para, sob demanda, realizar obra, reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção predial (pequenas reformas), com fornecimento

de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços com insumos diversos descritos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI, ou por outras bases informadas, constante na Planilha Estimativa/Exemplificativa (Apêndice III).

A composição dos serviços foi realizada de forma NÃO DESONERADA. Para a escolha da planilha desonerada ou não desonerada, foi elaborado um comparativo entre e uma e outra, conforme consta no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR. Constatou-se que, no caso específico, a planilha não desonerada se mostrou mais vantajosa para a Administração Pública.

Na hipótese de existir serviço ou material que não conste da Tabela SINAPI, poderão ser utilizados outros bancos de dados (SICRO, SEDOP, ORSE, COMPENSA, SIURB e outras), desde que se trate de tabela oficial, e que não haja desvirtuamento do objeto contratado, conforme prevê o art. 8º do Decreto nº 7.893/2013. Caso o item não seja encontrado em nenhum dos bancos de dados oficiais alternativos, deverá ser realizada pesquisa de mercado.

Os preços extraídos dos bancos de dados oficiais deverão ser regionalizados, ou seja, deverão ser compatibilizados com os valores aplicados a cada unidade da federação contratante, seguindo-se, para tanto, a mesma sistemática de regionalização da Tabela SINAPI, que estabelece valores específicos para cada região do Brasil. Na ausência de parâmetros para a regionalização dos preços, poderá ser utilizado o CUB como método de regionalização, ante a obrigatoriedade de que os CUB'S regionais sejam atualizados mensalmente, conforme dispõe a Lei nº 4.591/1964.

Por se tratar de obras e serviços comuns de engenharia com fornecimento de material, é vedada a aquisição de material ou equipamento de forma isolada, como também mão de obra de forma isolada;

Para fins de pagamento, os materiais a serem utilizados devem ser aqueles com qualidade compatível com o previsto na Tabela SINAPI de outras bases informadas, constante na Planilha Estimativa/Exemplificativa (Apêndice III), não podendo realizar pagamento em valor superior à qualidade fornecida, ou inferior à qualidade fornecida;

O objetivo de contratar empresa capacitada para executar serviços de engenharia é proporcionar intervenções nos imóveis existentes de modo a manter o pleno funcionamento das atividades.

Desta forma, para atender às diversas demandas atuais e potenciais, justifica-se a contratação dos serviços de engenharia com base em referenciais de custos amplamente conhecidos e utilizados pela Administração Pública, como a Tabela SINAPI, além de outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, COMPENSA e SIURB, caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI. Os itens necessários para a execução do objeto contratado foram extraídos exclusivamente desses referenciais, conforme detalhado na Planilha Orçamentária Exemplificativa de Necessidades (Apêndice III).

Deste modo, a especificação descrita está bem simples e objetiva, cabendo à contratada, sempre que solicitada pela CONTRATANTE, elaborar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, orçamento que deverá ser analisado pela CONTRATANTE para, após aprovação, ser emitida a OS - ordem de serviço. Em caso de discordância da contratada com as alterações indicadas pela CONTRATANTE, seja em relação a serviços, prazo de execução, quantidade e valor, a contratada terá o prazo de 07 (sete)

dias úteis para avaliar, apontar, concordar ou não com as alterações. Caso se mantenha o impasse na aprovação do orçamento, o impasse será dirimido por meio de um comitê de resolução de disputas, composto de forma isonômica, técnica e transparente, nos termos do artigo 151 e 154, da Lei nº 14.133/2021;

As ordens de Serviços deverão conter:

- a) memorial descritivo dos serviços;
- b) memorial de cálculos; c) fotos;
- d) planilha de orçamentos, com custos baseados na Tabela SINAPI, ou em outra fonte quando for o caso;
- e) cronograma físico- financeiro;
- f) prazo de execução.

As ordens de serviços poderão ser objeto de acréscimo ou redução, de acordo com a necessidade real apresentada durante a execução dos serviços, ou seja, nessa hipótese, deverão ser objeto de ordens de serviços complementares, tendo em vista que, em se tratando de reforma e manutenção predial (pequenas reformas), no decorrer da execução é possível aparecerem novas necessidades que não foram previstas no momento da emissão da ordem de serviços;

O quantitativo do serviço a ser contratado dependerá das inúmeras demandas que a CONTRATANTE possui ou venha a possuir. Existe ampla diversidade de serviços que podem ser demandados, tais como:

- 1.1. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção nos sistemas hidrossanitários;
- 1.2. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção em drenagem e rede pluvial;
- 1.3. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção nas instalações elétricas, envolvendo sistema de tomadas, iluminação, quadros e equipamentos elétricos, SPDA e aterramentos;
- 1.4. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção no sistema de telecomunicações, envolvendo telefone, rede lógica, automação e segurança;
- 1.5. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção no sistema de prevenção e combate a incêndio;
- 1.6. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção no sistema de ar-condicionado e ventilação mecânica;

- 1.7. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção no sistema alvenarias, peças pré-moldadas e divisórias;
- 1.8. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção no sistema de pavimentação de concreto e asfáltica;
- 1.9. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção de esquadrias e ferragens;
- 1.10. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção de impermeabilizações;
- 1.11. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção nos revestimentos de paredes e fachadas, tais como: pinturas, revestimento cerâmico, pedra natural e decorativo;
- 1.12. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção nos revestimentos de pisos, tais como: sub-base, base, acabamento e acessórios;
- 1.13. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção em loucas, metais e acessórios sanitários;
- 1.14. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção em estrutura de madeira, concreto e metálica;
- 1.15. Execução de volumes de terra, tais como: rampa de acesso, aterro, calçadas e pátio;
- 1.16. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção de forros;
- 1.17. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção cobertura;
- 1.18. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção dos elementos e do espaço para garantir a acessibilidade, sendo uma exigência legal e social;
- 1.19. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção de segurança e cercamento;
- 1.20. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção das

instalações físicas, mantendo-as em plena capacidade de uso, bem como sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados;

1.21. Obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção necessária aos ambientes ocupados por servidores, de forma a atender as necessidades de espaço físico, entre outras

1.22. obra/reforma/recuperação/ampliação/demolição/adaptação/manutenção para adequação em prédios

A meta a ser alcançada é a maior economia e rapidez na execução das obras, reformas, manutenções e adequações demandadas, com vistas a garantir o perfeito e contínuo funcionamento dos imóveis.

Benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:

1. Pleno funcionamento das instalações e sistemas;
2. Adequado dimensionamento das instalações e sistemas;
3. Complementação da possibilidade de atividades de reparo a serem realizadas pela Administração, através da coordenação dos trabalhos;
4. Continuidade dos serviços, através da constante manutenção das instalações e serviços;
5. Eficiência no atendimento das demandas de reparo solicitadas à Administração, dentre outros

Outros serviços que não os transcritos acima, desde que sejam para o estrito cumprimento do objeto do presente contrato, sem que haja o mínimo desvirtuamento do mesmo, poderão ser executados;

No intuito de permitir o uso integral dos itens da licitação, adotar-se-á a unidade de manutenção como referência. Ela servirá de base para gerar os empenhos e possibilitará que sejam elaboradas Notas de Empenho de acordo com os créditos disponíveis. Assim, considerar-se-á como unidade de manutenção o valor de R\$ 1,25 (um real e vinte e cinco centavos), refletido pelo valor unitário de R\$ 1,00 (um real) acrescido do BDI estimado de 25% (Apêndice IV);

O valor de R\$ 1,00 (um real) corresponderá aos preços estabelecidos pela Tabela SINAPI, e será acrescido do BDI estimado de 25%, o que resulta no valor unitário estimado, com BDI, equivalente a R\$ 1,25;

Para fins de expedição das Ordens de Serviços será realizada, por meio de planilha orçamentária, descrição dos itens e quantitativos necessários para a execução de cada demanda, esses extraídos da tabela SINAPI, além de outras bases regionais e setoriais, como SEDOP, ORSE, COMPENSA e SIURB, caso algum serviço ou material não esteja contemplado na Tabela SINAPI. Sobre o valor de cada um desses itens será aplicado o desconto ofertado na licitação sobre o valor unitário estimado, sem BDI (R\$ 1,00). Por fim, sobre o resultado dessa operação será aplicado o percentual de BDI proposto.

A licitação será realizada através do sistema de registro de preços, tendo em vista o enquadramento da presente requisição ao art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, em virtude da necessidade de contratações frequentes, de serviços por unidade de medida, de atendimento a mais de um órgão e da impossibilidade de definir-se, previamente, com precisão absoluta, o quantitativo a ser demandado pela Administração devido à natureza do objeto.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A equipe técnica da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) elaborou a planilha (SEI 0668873) estimando as quantidades dos itens de serviços a serem contratados para a reforma/manutenção do Complexo Predial da SUDAM. Esta planilha foi desenvolvida com base neste estudo técnico preliminar que visa garantir a adequada execução dos serviços de manutenção, conservação e reparação predial, conforme as necessidades identificadas e as recomendações técnicas recebidas.

A determinação das quantidades a serem contratadas foi realizada a partir de uma análise técnica, considerando os seguintes fatores:

- **Laudo Técnico:** As quantidades foram ajustadas com base nas recomendações do Laudo Técnico da avaliação estrutural do complexo predial da SUDAM, emitido pela empresa PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, anexados no Processo SEI 59004.001018/2023-36 e na Pasta Zipada Plantas e Laudos (SEI 0624322). Os laudos fornecem uma avaliação precisa das áreas e dos tipos de reparos necessários, assegurando que a quantidade de serviços contratados esteja alinhada com as necessidades reais de manutenção e reparação.
- **Compartilhamento de Espaços:** Considerou-se também possíveis compartilhamento de espaço com outros órgãos da Administração Pública Federal, conforme definido no Contrato de Cessão de Uso do Espaço. A adequação do espaço exige intervenções específicas, que foram quantificadas para garantir que as áreas comuns e compartilhadas sejam adequadamente reformadas.
- **Preservação do Patrimônio Público:** A preservação e conservação do patrimônio público foram consideradas para definir a quantidade de serviços necessários. A meta é garantir que todos os aspectos da manutenção e reparação atendam aos padrões de conservação exigidos, prevenindo deterioração futura e garantindo a longevidade das instalações.

Portanto a seleção dos itens com as quantidades necessárias à execução dos serviços consta na planilha de custo elaborada pela equipe técnica da SUDAM (SEI 0668873).

### 7.1 ÁREA TOTAL EM METROS QUADRADOS DO COMPLEXO PREDIAL

O complexo predial em que a sede da SUDAM está localizada na Tv Antônio Baena, nº1113, Bairro: Belém-PA, é formado pelos blocos abaixo citados. Verifica-se que a maioria das construções datam do período de 1966 a 1975, portanto há edificações que possuem quase 60 anos.

**BLOCO "A"**

DESCRIÇÃO DOS PRÉDIOS	Nº PAV	ÁREA CONSTRUÍDA	
		ANDAR	TOTAL
Pavimento em concreto armado incluindo o térreo	4,00	446,40	1.785,60

Ano de construção: 1971

01 elevador

01 Central de refrigeração inativa

**BLOCO "B"**

Pavimento em concreto armado incluindo o térreo	4,00	446,40	1.785,60
---	------	--------	----------

Ano de construção: 1971

01 elevador

01 Central de refrigeração inativa

**BLOCO "C"**

Pavimento em concreto armado incluindo o térreo	9,00	910,00	8.190,00
---	------	--------	----------

Ano de construção: 1971

01 - Auditório
01 - Espaço Cultural em concreto armado
04 - elevadores
01 Central de refrigeração inativa

**BLOCO "D" - RESTAURANTE  
SOBRE A GRÁFICA**

Pavimento em concreto armado	1,00	280,00	280,00
Ano de construção: 1975			

**AUDITÓRIO CENTRAL -  
PARTE SUPERIOR**

Pavimento em concreto armado	1,00	437,00	437,00
Ano de construção: 1971			

**ESPAÇO CULTURAL - ABAIXO  
DO AUDITÓRIO**

Pavimento em concreto armado	1,00	252,00	252,00
Ano de construção: 1971			

**BLOCO "E" BIBLIOTECA-  
ALMOXARIFADO-BASA**

Pavimento em pilares de concreto armado e piso em madeira	2,00	1.200,00	2.400,00
---	------	----------	----------



Ano de construção: 1975

**BLOCO "F" -**

Pavimento em concreto armado, sobre o antigo serviço médico - SAMS	1,00	600,00	600,00
Ano de construção: 1966			

**BLOCO "F" – ANTIGO SAMS**

Pavimento em concreto armado, sob o antigo centro de Treinamento	1,00	600,00	600,00
Ano de construção: 1966			

**BLOCO "H" - GRÁFICA E  
ANTIGA OFICINA MECÂNICA**

Pavimento em concreto armado, sob o Restaurante	1,00	591,00	591,00
Ano de construção: 1966			

**BLOCO "I" - ARQUIVO GERAL**

Pavimento em concreto armado inclusive o térreo	2,00	300,00	600,00
Ano de construção: 1966			

**DEPÓSITO PATRIMÔNIO**

Pavimento em concreto armado inclusive o térreo	1,00	130,00	130,00
--	------	--------	--------

5.592,80

17.051,20

ÁREA CONSTRUÍDA	17.051,20
ÁREA DE COBERTURA	5.592,80
ÁREA DO TERRENO: 164,00m X 75,00m =	12.300,00
ÁREA LIVRE DE TERRENO	6.707,20

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 26.217.972,00

O valor estimado da Ata de Registro de Preços é de R\$ 26.217.972,00, conforme as quantidades e preços unitários que consta na planilha de custo elaborada pela equipe técnica da SUDAM (SEI 0668873).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento desta contratação não é viável nem vantajoso para a Administração Pública, considerando a interdependência técnica dos serviços, a complexidade da gestão contratual, a necessidade de economia de escala, e a garantia de qualidade exigida. A execução dos serviços por um único fornecedor assegura melhor coordenação, redução de custos e maior eficiência, minimizando os riscos de atrasos e falhas na execução, e garantindo a responsabilização unificada.

Os serviços de reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção predial são correlacionados tecnicamente, envolvendo atividades que demandam integração e coordenação contínua. A divisão em contratos separados implicaria em problemas de descontinuidade e incompatibilidades técnicas, já que os diferentes serviços, como instalações elétricas, hidráulicas e alvenaria, são interdependentes. Para garantir a qualidade e segurança da execução, todas as fases da obra precisam ser realizadas de forma integrada por um único prestador de serviços, especializado em engenharia civil.

Além disso, a contratação de vários fornecedores para serviços que possuem um caráter técnico interligado resultaria em aumento significativo da complexidade de gestão contratual. A Administração teria que gerir e fiscalizar múltiplos contratos simultaneamente, o que amplia o risco de descoordenação, atrasos e até falhas na execução. Além disso, eventuais problemas ou defeitos na obra poderiam gerar conflitos de responsabilidade entre os contratados, dificultando a identificação da origem de falhas e a responsabilização adequada.

O parcelamento dos serviços também reduz a economia de escala, uma vez que a contratação de vários fornecedores impede a obtenção de condições mais vantajosas em termos de preço global. A contratação de um único fornecedor permite à Administração negociar o serviço como

um todo, o que tende a resultar em descontos maiores e uma otimização dos recursos, além de simplificar os processos de pagamento e fiscalização.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foi evidenciada necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da SUDAM, conforme registros existentes nos Documentos de Formalização de Demanda - DFD do PCA /PGC 2024 abaixo:

- a. DFD 55/2024 (SEI 0623750);
- b. DFD61\_2024 (SEI 0623755);
- c. DFD122\_2024 (SEI 0623757); e
- d. DFD126\_2024 (SEI 0623758)

Além disso, esta contratação está compatível com as leis orçamentárias.

O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) deste exercício ainda não foi aprovado, contudo a proposta dos serviços a serem desenvolvidos está alinhada ao uso racional dos recursos naturais e bens públicos, melhoria gestão adequada dos resíduos sólidos, com o objetivo de reduzir a geração de resíduos, organizar a coleta seletiva e destinar adequadamente os resíduos gerados.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A conclusão dos serviços de manutenção, conservação e reparação predial do Bloco B do Complexo Predial da SUDAM trará os seguintes benefícios:

- **Atendimento às recomendações técnicas:** Cumprimento das orientações presentes no Laudo Técnico emitido pela empresa PROJECON - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, garantindo que as intervenções sigam padrões de segurança e qualidade.
- **Otimização do uso do espaço:** Facilitar o uso eficiente do prédio tanto pela SUDAM quanto por outros órgãos do Governo Federal que venham a compartilhar o espaço, promovendo uma gestão mais racional e integrada das áreas.
- **Preservação do patrimônio público:** Garantir a conservação e valorização do patrimônio público, prolongando a vida útil do edifício e preservando seu valor histórico e funcional.

### 13. Providências a serem Adotadas

Após a assinatura do contrato, a Administração adotará as seguintes medidas:

- **Designação da equipe de fiscalização:** Definir os servidores que comporão a equipe responsável pela fiscalização das obras;
- **Capacitação dos fiscais:** Indicar servidores devidamente qualificados e capacitados para realizar a fiscalização técnica e administrativa da execução dos serviços;
- **Monitoramento das atividades:** Realizar o acompanhamento rigoroso de todas as ações previstas nos projetos, garantindo a correta implementação das adequações e melhorias estabelecidas no objeto contratado.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Considerando o art. 18, §1º, inciso XII da Lei n. 14.133/2021, a contratação descrita neste ETP observa critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade. Outrossim, além da Lei de Licitações, observa-se ainda que além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Todo material a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa (SLTI/MPOG) nº 01, de 2010, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma A CONTRATADA deverá adotar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa (SLTI/MPOG) nº 01, 2010; da Resolução (Conama) nº 362, de 2005; da Resolução (Conama) nº 416, de 2009; bem como da Resolução (Conama) nº 340, de 2003, para que seja assegurada a viabilidade técnica e o adequado tratamento dos impactos ambientais específicos.
- A CONTRATADA deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.
- Providenciar o recolhimento e destinação ambiental adequada de seus resíduos e embalagens, de acordo com o sistema de logística reversa nos termos da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Não utilizar produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso de qualquer das substâncias que destruam a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo protocolo de Montreal, conforme Decreto Federal nº 2.783, de 17 de setembro de 1998, Resolução Conama nº 267, de 14 de setembro de 2000 e Resolução Conama nº 340 de 25 de setembro de 2003.
- Fazer uso racional de água e energia elétrica, adotando medidas para evitar o desperdício e mantendo critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo.

- Realizar programa interno de treinamento dos empregados para redução do consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos.
- No caso de uso de madeira, utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do Artigo 11º do Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006, de:
  - Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo Órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;
  - Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo Órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
  - Florestas plantadas; e
  - Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do Órgão ambiental competente.
- Quando solicitado, comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do Artigo 4º, Inciso IX, da Instrução Normativa (SLTI/MPOG) nº 01, de 2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso: 4.3.9.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais; Quando solicitado, apresentar cópias dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos e subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CFT, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme Artigo 17º, Inciso II, da Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e Instrução Normativa (IBAMA) nº 31, de 2009 e legislação correlata; e
- Quando solicitado, apresentar Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 2006, do Ministério do Meio Ambiente e Instrução Normativa (IBAMA) nº 112, de 2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa, cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá, quando solicitado, apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;
- Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção, quando for o caso, estabelecidos na Resolução nº 307, de 2002, com as alterações da Resolução nº 448, de 2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama, conforme Artigo 4º, §§ 2º e 3º da Instrução Normativa (SLTI /MPOG) nº 01, de 2010, nos seguintes termos:
- O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil apresentado ao Órgão competente, conforme o caso;

- Nos termos dos Artigos 3º e 10º da Resolução (Conama) nº 307, de 2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, podendo, inclusive, ser objeto de serviço constante na devida Ordem de Serviço a ser expedida.
- Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a empresa contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas ABNT NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004 da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Por fim, deverá ser observado a Resolução CONAMA n. 307/2002, relativo à destinação adequada de resíduos sólidos, comuns às obras de construção civil.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação dos serviços de manutenção, conservação e reforma do complexo predial da SUDAM é viável e necessária para garantir a **segurança, funcionalidade e longevidade** das instalações. A idade avançada das edificações, combinada com a deterioração de estruturas e sistemas críticos, justifica a necessidade de intervenções técnicas imediatas. Economicamente, a centralização dos serviços em um único contrato permite **economia de escala**, reduzindo custos operacionais e prevenindo gastos elevados com reparos emergenciais. Estrategicamente, a reforma está alinhada com o **Planejamento Estratégico** da SUDAM, assegurando que as instalações possam atender tanto às necessidades internas quanto às de outros órgãos federais, promovendo a **otimização do uso do espaço** e a **racionalização dos recursos públicos**. Portanto, a contratação é viável por assegurar a **efetividade operacional** e a **preservação do patrimônio** da SUDAM.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FABIO AUGUSTO SILVA MACHADO**

Engenheiro

